

LEI MUNICIPAL Nº 3637
PROJETO DE LEI Nº 3890

**“AUTORIZA CONCESSÃO DE SUBVENÇÕES SOCIAIS E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

O Povo do Município de São Sebastião do Paraíso por seus representantes aprova, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Com base nas consignações orçamentárias do Município e respectivos créditos adicionais autorizados, fica o Executivo Municipal autorizado a conceder, no exercício de 2010, Subvenções Sociais conforme a seguinte designação:

Entidade:	Valor:
Asilo São Vicente de Paulo	15.000,00
Associação Renascer para a Vida	3.000,00
Associação de Combate ao Câncer - ACCA	10.000,00
Associação dos Deficientes Visuais de Ribeirão Preto - ADEVIRP	5.000,00
Associação de Pais e Amigos do Excepcional - APAE	12.000,00
Associação Feminina Obreiras do Bem	5.000,00
Associação dos Amigos dos Autistas e Psicóticos de São Seb. do Paraíso	5.000,00
Casa São Francisco	5.000,00
Chácara Pedacinho do Céu	15.000,00
Instituição São Luiz Scrosoppi	5.000,00
Obra do Berço Santa Tereza	3.000,00
Obras Sociais Bezerra de Menezes	8.000,00
Oficina de Caridade Santa Rita	3.000,00
SOS – Serviço de Obras Sociais	5.000,00
Associação Casa Menino Jesus	5.000,00
Associação de Recuperação Cristã Vida Nova	2.000,00
Central Comunitária de Atendimento à Criança, Adolescente e ao Adulto – CEACAA	8.000,00
Grupo de Apoio Fraternal	6.000,00
Total	120.000,00

Art. 2º - Fundamentalmente e nos limites das possibilidades do Município, a concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições visará a prestação de serviços essenciais de assistência social, médica, hospitalar, educacional, cultural e desportiva, como também o incentivo à geração de empregos e o aumento da receita tributária no Município.

Art. 3º - Somente às instituições cujas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias, a critério da Administração Municipal, serão concedidos os benefícios desta Lei.

Art. 4º - A concessão de subvenções sociais destinadas às entidades sem fins lucrativos somente poderão ser realizadas após observadas as seguintes condições:

- I - atender direto ao público, de forma gratuita;
- II - não possuir débito de prestação de contas de recursos recebidos anteriormente;

- III - apresentar declaração de regular funcionamento nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2010 por autoridade local;
- IV - comprovar a regularidade do mandato de sua diretoria;
- V - ser declarada por Lei como entidade de utilidade pública;
- VI - apresentar o Plano de Aplicação dos Recursos, especificando as metas e objetivos;
- VII - existir recursos orçamentários e financeiros;
- VIII - celebrar o respectivo convênio.

Art. 5º - O valor de auxílio sempre que possível, será calculado com base em unidade de serviços efetivamente prestados postos a disposição dos interessados, obedecendo os padrões mínimos de eficiência previamente fixados por autoridade competente.

Art. 6º - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente através do envio de prestação de contas ao órgão competente, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos constantes no Plano de Aplicação de Recursos.

Parágrafo Único – O prazo para prestação de contas dos recursos recebidos será tratado no respectivo convênio.

Art. 7º - As despesas decorrentes desta Lei não causarão impacto orçamentário financeiro, posto que existe adequação orçamentária para as mesmas, o que, em regra, satisfaz as exigências do artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas todas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso, 29 de março de 2010.

MAURO LUCIO DA CUNHA ZANIN
Prefeito Municipal